Rede urbana do Semiárido Nordestino no século XXI[[1]](#footnote-1)

**Carlos Eduardo Pereira do Nascimento[[2]](#footnote-2)**

**Fernando Cezar de Macedo Mota[[3]](#footnote-3)**

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é analisar a dinâmica urbano-regional do Semiárido Nordestino no século XXI, enfatizando os processos que acentuaram as relações multiescalares e permitiram o surgimento de cidades no interior, revelando espaços não metropolitanos de importância regional, pautada numa rede de cidades mais organizada e complexa. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com o método exploratório e descritivo. Ainda que mais dinâmica e complexa, a rede urbana do Semiárido Nordestino no século XXI revelou um cenário de cidades médias e pequenas assumindo papeis de destaque na dinâmica regional. A despeito disso, a incipiente articulação intrarregional e a dependência de políticas públicas centralizadas destacam a necessidade de fortalecer a cooperação e a complementação produtiva entre os entes federativos, o que limita o potencial de desenvolvimento regional. Nesse sentido, a PNDR e os FCF se mostram fundamentais, capazes de articular ações locais, regionais e nacionais entre os diversos territórios.

**Palavras-chave:** Rede urbana. Semiárido Nordestino. Cidades. Desenvolvimento regional. Desconcentração produtiva.

Urban network of the Northeastern Semi-arid region in the 21st century

**Abstract:** The objective of this research is to analyze the urban-regional dynamics of the Northeastern Semi-Arid region in the 21st century, emphasizing the processes that have accentuated multiscale relationships and allowed the emergence of cities in the interior, revealing non-metropolitan spaces of regional importance, based on a more organized and complex network of cities. The research is bibliographic in nature, with an exploratory and descriptive method. Although more dynamic and complex, the urban network of the Northeastern Semi-Arid region in the 21st century has revealed a scenario in which medium and small cities are taking on prominent roles in the regional dynamics. Despite this, the incipient intraregional articulation and dependence on centralized public policies highlight the need to strengthen cooperation and productive complementation among federal entities, which limits the potential for regional development. In this sense, the PNDR (National Policy for Regional Development) and the FCF (Constitutional Financing Funds) are fundamental, capable of articulating local, regional, and national actions across various territories.

**Keywords:** Urban network. Northeastern Semi-Arid. Cities. Regional development. Productive deconcentration.

1 Introdução

A região semiárida brasileira, marcada por suas características climáticas peculiares e desafios socioeconômicos, tem sido objeto de estudo e debate ao longo das últimas décadas. Essa área antes conhecida como Polígono das Secas tem sido alvo de políticas públicas e esforços de desenvolvimento regional. Este artigo busca traçar um panorama abrangente do Semiárido Brasileiro, desde sua constituição até os desafios enfrentados no século XXI, com foco especial na sua rede urbana.

Ao longo dos anos, a região semiárida tem passado por transformações significativas, tanto em sua configuração geográfica quanto em sua dinâmica socioeconômica. A região abrange uma extensa área que se estende por múltiplos estados brasileiros.

Além da sua constituição geográfica, é crucial analisar a evolução da rede urbana do Semiárido Nordestino, especialmente no contexto das transformações econômicas e políticas que marcaram o Brasil desde o final do século XX. A desconcentração produtiva, as políticas de desenvolvimento regional e os impactos do neoliberalismo têm influenciado diretamente a configuração e o papel das cidades nessa região.

Diante disso, o objetivo é analisar a dinâmica urbano-regional do Semiárido Nordestino no século XXI, enfatizando os processos que desde a década de 1980 acentuaram as relações multiescalares e permitiram o surgimento de cidades no interior, revelando espaços não metropolitanos de importância regional, pautada numa rede de cidades mais organizada e complexa. A pesquisa é de cunho bibliográfico, com o método exploratório e descritivo, tendo como temas-chave a rede urbana, questão urbana e regional, Semiárido Nordestino, entre outros. Faz uso de quatro variáveis: questão demográfica, Produto Interno Bruto (PIB), mercado de trabalho formal e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para analisar a rede urbana semiárida do Nordeste para os anos do século XXI (2000/19).

Tem como hipótese norteadora que a dinâmica urbano-regional no Brasil pós-1980 adveio das novas determinações espaciais do processo de urbanização, sobretudo pela constituição de novos arranjos urbanos não metropolitanos de importância regional. No Nordeste, tais arranjos, de um lado, se manifestam pela primeira vez, diante das transformações na hierarquia urbana e regional e, por outro, são reforçados pelo setor de Serviços. A ascensão de algumas cidades, sobretudo as ‘médias’, contribuiu para a melhoria dos indicadores do Semiárido Nordestino, sobretudo econômicos.

A estrutura do trabalho, além da introdução e das considerações finais, está dividida em três seções: a primeira traz breves considerações sobre constituição e caracterização da região semiárida do Nordeste; a segunda trata da questão urbano-regional do Brasil pós-1980; e, por fim, a terceira versa sobre a análise da rede urbana do Semiárido Nordestino no século XXI.

2 Breves considerações sobre o Semiárido: constituição e caracterização

O Semiárido Brasileiro foi formalmente estabelecido em 1989, através da Lei Federal nº 7.827, sob a supervisão da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Antes disso, a região era conhecida como Polígono das Secas, instituída em 1936 (Lei nº 175)[[4]](#footnote-4). Abrangendo a macrorregião Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, sua formação foi regida pela mencionada lei, que regulamentou os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCF) do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO)[[5]](#footnote-5) (BRASIL, 1989).

Os FCF representam os principais mecanismos de financiamento das políticas de desenvolvimento regional, visando mitigar as desigualdades regionais através da disponibilidade de crédito por parte de instituições financeiras públicas de caráter regional. Apesar dos esforços do Ministério da Integração para alinhar os FCF com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) desde 2007, os resultados têm sido limitados e aquém dos objetivos propostos (Macedo; Coelho, 2015; Lopes; Macedo; Monteiro Neto, 2021).

As delimitações da região semiárida foram realizadas com base em critérios predefinidos, incluindo uma precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros, um índice de aridez[[6]](#footnote-6) de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico e um risco de seca superior a 60%. A área foi revista em três ocasiões subsequentes – em 2005, 2017 e 2021[[7]](#footnote-7). A delimitação mais recente abrange 1.477 municípios, correspondendo a 15,68% do território nacional e 15,28% da população do país. Considerando a região semiárida nordestina, tais percentuais são de 12,98% e 13,59%, respectivamente (IBGE, 2022). Até recentemente, era considerada a região semiárida mais populosa do mundo (Ab’Saber, 2003), embora Carvalho (2023) destaque o semiárido indiano como o mais povoado.

**Figura 1** – Mapa delimitação do Semiárido

Mapa

Descrição gerada automaticamente

**Fonte**: INSA (2024).

A região semiárida brasileira é caracterizada por dois biomas principais: a Caatinga e o Cerrado. A Caatinga, em particular, é um bioma exclusivo do Brasil, cujo nome deriva do Tupi-Guarani e significa "mata branca", devido à vegetação xerófila tropical, adaptada à perda de folhas na estação seca, conferindo à paisagem uma tonalidade clara, além também por ser um mecanismo fisiológico de defesa contra a alta transpiração (Carvalho, 2023). Com uma extensão territorial de 862.819 km², aproximadamente 10,1% do território nacional e 53,49% da região Nordeste (IBGE, 2019), a Caatinga abrange quase toda a região Nordeste, com exceção do Maranhão, além de partes de Minas Gerais. O Ceará é o único estado completamente inserido no domínio da Caatinga, embora existam enclaves com outras vegetações (Associação Caatinga, 2018). Este bioma apresenta uma rica diversidade biológica e paisagens heterogêneas, divididas em nove ecorregiões (Silva; Leal; Tabarelli, 2017).

Em resumo, a região semiárida apresenta uma biodiversidade exuberante de fauna e flora, além de uma dinâmica complexa impulsionada pelas potencialidades existentes. Transformações significativas, como as dinâmicas urbano-regionais pós-1980, também são evidentes nesta região e serão discutidas a seguir.

3 Rede urbana do Semiárido Nordestino

*3.1 Antecedentes*

Compreender a rede urbana é essencial para analisar um país além das questões econômicas, especialmente considerando as transformações geradas pelas trocas globais intensificadas, pelo barateamento dos transportes e pela maior disponibilidade de tecnologias de comunicação e informação. Essas mudanças revelam uma dinâmica urbano-regional mais complexa e difusa, na qual arranjos urbanos não metropolitanos ganham destaque. No Semiárido Nordestino, em particular, observa-se uma diminuição da importância relativa dos grandes centros urbanos, com novas configurações urbanas emergindo em cidades pequenas e médias. Essas cidades, ainda que dependentes dos grandes centros, começam a desempenhar novos papéis econômicos e territoriais, moldadas pela cooperação e competição sob a lógica do capital financeiro (Corrêa, 1989, 2004; Porto, 2023).

Historicamente, o Nordeste, que foi uma região de prestígio econômico durante o período colonial, consolidou-se como periferia econômica nacional até o século XX, com o Semiárido em situação ainda mais desfavorável. A modernização seletiva e a fragmentada urbanização da região, impulsionada por políticas governamentais a partir da década de 1950, resultaram em uma rede urbana mais complexa, especialmente após a abertura comercial e financeira das décadas de 1980 e 1990. A partir de 2003, o Nordeste, e especialmente o Semiárido, passou a atrair grandes investimentos públicos, promovendo urbanização e desenvolvimento econômico (Alves, 2017; Araújo, 2000; Cano, 2011; Guimarães Neto, 1997), o que será discutido a seguir.

*3.2 O Semiárido Nordestino no século XXI*

O século XXI trouxe ao Semiárido Nordestino uma série de elementos do final do século anterior, particularmente a partir de 2003, quando as políticas sociais começaram a ser incorporadas à análise da região. A constituição da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) em 1999, que reúne mais de 3.000 movimentos sociais, sindicatos, ONGs, associações e coletivos locais e regionais, foi um marco importante na luta social da população local. Essa articulação já apresentava algumas ações desde 1992[[8]](#footnote-8) (ASA, 2024).

Diversos fatores contribuíram positivamente para o desenvolvimento da região semiárida, incluindo uma maior integração à economia nacional, maturação dos investimentos públicos e políticas de crescimento econômico, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), CrediAmigo e microcrédito produtivo. Além disso, políticas sociais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e a Previdência Social, juntamente com uma rede de proteções hídricas e sociais, fortaleceram os princípios de solidariedade regional[[9]](#footnote-9) e coesão social[[10]](#footnote-10). A ampliação das exportações, especialmente de *commodities*, e o crescimento do mercado consumidor regional também contribuíram para esse cenário (BNB, 2014; Carvalho, 2014; Cavalcanti Junior, 2022). Os investimentos públicos[[11]](#footnote-11) foram cruciais para conter o saldo migratório negativo[[12]](#footnote-12) na macrorregião Nordeste, especialmente no Semiárido (Fusco, 2014; Nunes; Silva; Queiroz, 2017), com as cidades médias desempenhando um papel significativo nesse processo (Alves, 2017).

A região experimentou um intenso processo de urbanização e desenvolveu uma rede urbana mais articulada, impulsionada pelos polos regionais espalhados pelo Semiárido, que promoveram novas conexões no interior da região através da interiorização dos processos produtivos. A interiorização do ensino superior, o estímulo à indústria de transformação e o desenvolvimento das fronteiras agrícolas e de mineração foram elementos-chave que conferiram ao Semiárido Nordestino uma dinâmica urbano-regional e econômica significativa (Porto, 2023).

Olhando a distribuição demográfica a partir de intervalos populacionais no Semiárido Nordestino, observa-se um contingente de 27.590.423 habitantes em 2022, um fator interessante considerando que este número superou o quantitativo de pessoas vivendo na zona litorânea da macrorregião Nordeste – além do Maranhão, considerando que 16 dos 217 municípios compõem o Semiárido – representando 50,57%, contra 49,43% (27.018.467). A faixa preponderante de municípios e população foi de 10.001 a 20.000 (398 ou 31,74%) e 20.001 a 50.000 (7.993.328 ou 28,97%), respectivamente, conforme Tabela 1.

**Tabela 1** – Distribuição da população por intervalo populacional para o Semiárido Nordestino e Brasileiro em 2022

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Intervalo populacional** | **Quantidade** | **%** | **População** | **%** |
| Até 5.000 | 221 | 17,62 | 802.986 | 2,91 |
| 5.001 a 10.000 | 274 | 21,85 | 1.952.906 | 7,08 |
| 10.001 a 20.000 | 398 | 31,74 | 5.623.197 | 20,38 |
| 20.001 a 50.000 | 265 | 21,13 | 7.993.328 | 28,97 |
| 50.001 a 100.000 | 71 | 5,66 | 4.824.807 | 17,49 |
| 100.001 a 500.000 | 23 | 1,83 | 4.910.627 | 17,80 |
| 500.001 a 1.000.000 | 2 | 0,16 | 1.482.572 | 5,37 |
| **Semiárido Nordestino** | 1.254 | 84,90 | 27.590.423 | 88,90 |
| **Semiárido Brasileiro** | 1.477 | 100,00 | 31.035.363 | 100,00 |

**Fonte**: IBGE (2022).

Ainda que análise não fique tão precisa ao comparar com o Censo Demográfico de 2010, diante das metodologias de delimitação da região semiárida – por exemplo, em 2010, a delimitação seguida foi a de 2005 com 1.134 municípios –, cabe frisar alguns aspectos. As tendencias de concentração – populacional e de cidades – permanecem as mesmas. Comparativamente, a participação do Semiárido Nordestino aumentou consideravelmente sobre o Semiárido Brasileiro, de 71,02% dos municípios e 68,84% da população em 2010, para 84,9% e 88,9%, respectivamente, em 2022. O papel das cidades nos espaços não metropolitanos foi importante para o Semiárido Nordestino, com uma rede urbana mais complexa, arrojada.

Observando o PIB da região semiárida do Nordeste, entre 2002 e 2021[[13]](#footnote-13), há um crescimento (82,48%) acima do Semiárido Brasileiro (79,25%), do Nordeste (61,41%) e do Brasil (53,14%), conforme Gráfico 1 ao apresentar a tendência de evolução do PIB para o período com valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB.

**Gráfico 1** – Evolução do PIB do Semiárido Nordestino e Brasileiro, da macrorregião Nordeste e do Brasil – em mil R$

**Fonte:** IBGE-Contas Nacionais.

**Obs.**: Valores deflacionados pelo deflator implícito do PIB (ano base: 2021).

Quando analisados comparativamente com o Nordeste, o Semiárido Nordestino aumentou sua participação no PIB em 4,56 p.p. (de 34,88% para 39,44%), entre 2002 e 2021. O mesmo pode ser observado ao comparar com o país, tendo aumentado sua participação 0,87 p.p. (de 4,57% para 5,44%). O Semiárido Brasileiro cresceu sua participação no mesmo patamar, de 0,90 p.p. (de 5,29% para 6,19%). Ainda que modesto, observa-se um aumento na participação da região semiárida sobre o PIB nacional.

Quanto ao PIB *per capita* (de 2021), observa-se um crescimento considerável[[14]](#footnote-14) (de R$ 10.844,60 para R$ 17.220,62), maior que os demais recortes territoriais (de R$ 11.061,71 para 17.350,57, de R$ 15.767,64 para 21.556,26 e de R$ 33.697,61 para R$ 42.247,52, respectivamente), porém ainda bem abaixo. O crescimento seguiu a mesma tendência de crescimento do PIB, acima (58,79%%) do Semiárido Brasileiro (56,85%), do Nordeste (36,71%) e do Brasil (25,37%). Isso pode ser explicado pelas atividades nas fronteiras agrícolas e minerais, extrativas direcionadas ao mercado externo. Ainda que tratem com pouca profundidade o desenvolvimento econômico, o PIB e PIB *per capita* mostram, de modo geral, uma evolução da economia da região semiárida.

Observando o mercado de trabalho formal em anos selecionados, o Semiárido Nordestino apresentou crescimento significativo no conjunto de empregos formais geradas. Conforme Tabela 2, sua participação no mercado de trabalho brasileiro passou de 5,07% em 2002, para 5,70% em 2010 e para 6,38% em 2019. Considerando o Semiárido Brasileiro, a participação foi ainda maior (5,96%, 6,59% e 7,33%, respectivamente), destacando também as delimitações realizadas para o recorte territorial em questão (2005, 2017 e 2021), elevando a quantidade de municípios integrantes, o que possa justificar tal aumento. Comparativamente ao Nordeste, o Semiárido Nordestino elevou sua participação (29,92%, 31,38% e 34,87%, respectivamente), ainda que continue com menor participação ao comparar com restante do Nordeste, sobretudo a região litorânea (70,08%, 68,62% e 65,13%, respectivamente).

**Tabela 2** – Empregos totais formais no Semiárido Nordestino e Brasileiro, Nordeste e Brasil em anos selecionados[[15]](#footnote-15)

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Recorte territorial** | **2002** | **%** | **2010** | **%** | **2019** | **%** |
| Semiárido Nordestino | 1.454.165 | 5,07 | 2.513.705 | 5,70 | 2.980.822 | 6,38 |
| Nordeste | 4.859.397 | 16,94 | 8.010.839 | 18,18 | 8.548.407 | 18,30 |
| Semiárido Brasileiro | 1.710.306 | 5,96 | 2.903.872 | 6,59 | 3.423.789 | 7,33 |
| Brasil | 28.683.913 | 100,00 | 44.068.355 | 100,00 | 46.716.492 | 100,00 |

**Fonte:** RAIS/CAGED.

Considerando os grandes setores econômicos, o setor de Serviços foi o preponderante, com mais de 50% dos empregos gerados. Contudo, cabe frisar a queda do setor ao longo do período (variação de -2,37%) nos anos selecionados entre 2002 e 2010, com leve crescimento em 2019 (variação de -4,82% e 2,45%, respectivamente). Por outro lado, o Comércio elevou sua participação com variação de 4,98% (de 15,24% para 20,22%). Indústria e Construção Civil cresceram sua participação entre 2002 e 2010 (variação de 0,73% e 1,67%, respectivamente), mas reduziram em 2019 (variação de -2,61% e -1,56%, respectivamente), que pode ser explicado pela crise econômica e política brasileira a partir de 2015. A Agropecuária recuou sua participação entre 2002 e 2010 com leve crescimento entre 2010 e 2019 (variação de -0,91% e 0,06%, respectivamente).

**Tabela 3** – Empregos totais formais segundo grandes setores IBGE no Semiárido Nordestino em anos selecionados

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Grandes Setores** | **2002** | **%** | **2010** | **%** | **2019** | **%** |
| 1 - Indústria | 235.834 | 16,22 | 426.027 | 16,95 | 427.181 | 14,34 |
| 2 - Construção Civil | 43.463 | 2,99 | 117.069 | 4,66 | 92.384 | 3,10 |
| 3 - Comércio | 221.523 | 15,24 | 466.559 | 18,56 | 602.637 | 20,22 |
| 4 - Serviços | 877.275 | 60,34 | 1.395.267 | 55,52 | 1.727.536 | 57,97 |
| 5 - Agropecuária | 75.841 | 5,22 | 108.367 | 4,31 | 130.194 | 4,37 |

**Fonte:** RAIS/CAGED.

Em suma, os setores que mais empregaram no Semiárido Nordestino foram Serviços e Comércio, seguidos pela Indústria (com queda de participação). Construção Civil e Agropecuária tiveram baixa participação agravada pela queda percentual ao longo do período analisado.

Por fim, a análise dos recursos do FNE. A área do FNE compreende 2.074 municípios dos estados do Nordeste e do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O fundo é o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a região e um dos pilares do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE). O Gráfico 2 mostra o comportamento ao longo de 20 anos (2000/19) dos recursos do FNE destinados à sua área total de atuação, ao Semiárido Brasileiro e ao Semiárido Nordestino.

**Gráfico 2** – Recursos para a área de atuação do FNE, Semiáridos Brasileiro e Nordestino – 2000/19

**Fonte**: BNB.

**Obs.**: Valores deflacionados pelo IGP (ano base: 2019).

O volume de recursos acumulados do FNE durante o período foi cerca de R$ 273 bilhões, sendo destinados cerca de 55% (R$ 150 bilhões) e 51% (R$ 136 bilhões) para os Semiáridos Brasileiro e Nordestino, respectivamente. Um volume considerável para a região. 2018 foi o ano em que houve maior disponibilidade de recursos no FNE (R$ 35 bilhões), do qual cerca de 59% foram para o Semiárido Brasileiro e 52% foram para o Semiárido Nordestino. Considerando a lei pela qual foi criada, 50% dos recursos do FNE são destinados para a região semiárida, e em alguns anos essa destinação não foi concretizada (2001, 2003/05, 2007, 2009 e 2014).

Considerando o porte das empresas, na área do FNE, o que mais tomou recursos foi a grande empresa (2003/05, 2007/10 e 2018/19), seguido pelas pequenas e médias (2011/17) e micro (2000/02 e 2006). No período, as pequenas e médias empresas receberam mais recursos (R$ 51 bilhões), seguido pelas grandes empresas (R$ 46 bilhões) e microempresas (R$ 39 bilhões). No geral, foram atendidas 106.300 empresas (63% do total do FNE) no Semiárido Nordestino, sendo 73.315 microempresas (69%), 31.155 pequenas e médias empresas (29%) e 1.656 grandes empresas (1,6%).

Quanto aos setores, a Agropecuária foi a mais beneficiada concentrando a maior parte dos recursos até 2017 (variando entre 39%, em 2015, e 92%, em 2000). Ao todo foram cerca de R$ 65 bilhões, diante do avanço das fronteiras agrícolas na região semiárida. A Infraestrutura não teve grande participação até 2018, quando superou a Agropecuária e passou a ser setor mais beneficiado pelos recursos, chegando a mais de 50% do total em 2018 e 2019 (no total foram cerca de R$ 29 bilhões). Comércio e Serviços, no geral, foi o terceiro setor mais beneficiado, com R$ 25 bilhões ao longo do período, elevando sua participação A indústria foi a menos beneficiada no período, com um volume de recursos aproximadamente de R$ 17 bilhões. A partir de 2012, este setor começou a reduzir sua participação, corolário da crise econômica e política que foi acentuada a partir de 2015. Em relação aos recursos destinados à área do FNE, a Agropecuária no Semiárido Nordestino corresponde a 61%, Comércio e Serviços foram 39%, Indústria 34% e Infraestrutura 56%. Este último pode ter relação com as obras da Transnordestina e da Transposição do Rio São Francisco e, sobretudo, com as obras de energias renováveis em especial a eólica.

Por fim, quanto a finalidade do recurso, parcela significativa do total do Semiárido Nordestino ao longo do período, R$ 90 bilhões (67%), foi destinado a investimentos. Cerca de R$ 34 bilhões (25%) foram destinados para Custeio/Capital de Giro. Cerca de R$ 3 bilhões foram para comercialização (2%). Em comparação com os recursos totais do FNE, o investimento no Semiárido Nordestino representou cerca de 48%. Custeio/Capital de Giro correspondeu a cerca de 57% e Comercialização a cerca 60%.

Em suma, observa-se um volume considerável de recursos do FNE para o Semiárido Nordestino, destinados sobretudo para a Agropecuária considerando o avanço da produção de *commodities* para exportação e expansão contínua da fronteira agrícola, tendo como principal finalidade os investimentos destinados ao recorte territorial em questão, tendo como principais beneficiários as microempresas em quantidade, pois em volume de recursos, as pequenas e médias e as grandes empresas tiveram mais acesso.

Ademais, cabe destacar alguns aspectos sobre a inserção da economia nordestina e, por consequência do semiárido, no Padrão de Reprodução do Capital Exportador de Especialização Produtiva (PRCEEP)[[16]](#footnote-16). Revestido de um crescimento de sua heterogeneidade, diversidade e complexidade (Araújo, 1995, 2000), a macrorregião Nordeste é marcada por uma maior diferenciação do espaço intrarregional (Macedo; Porto, 2018), com a presença de focos modernos e estruturas tradicionais que acabam por criar diversas trajetórias na dinâmica econômica.

Destaque para as cidades ‘médias’ – e pequenas, centralidades econômicas no Semiárido que despontaram como ‘ilhas de dinamismo’ na região. Todavia, ao observar a rede urbana do Semiárido Nordestino, há poucas relações horizontais, denotando uma incipiente articulação intrarregional balizadas em redes de cooperação e complementação produtiva (Alves, 2017).

De modo geral, cidades médias e pequenas porte passaram a ser mais atrativas para determinados segmentos sociais, mas sem as devidas ferramentas e capacitação para serem território dinamizadores de desenvolvimento na região. Ou seja, diante de uma conformação regional subdesenvolvida corolário do movimento histórico e social de ocupação do Nordeste, a rede urbana que surge condiciona determinados pontos do território a despontarem na rede, mas com capacidades de gerar dinâmicas urbano-regionais bem limitadas.

Ainda que grande parte da dinâmica da macrorregião Nordeste esteja no litoral, cabe destacar os arranjos urbanos não metropolitanos distribuídos pelo Semiárido Nordestino que desempenham importantes funções de intermediação, provenientes dos serviços prestados e conexões urbano-regionais – ainda pouco – estabelecidas. A dinâmica urbano-regional dessa região gerou diversas ilhas de dinamismo, polarizadas por cidades intermediadoras, em que as relações urbano-rural-regional se confundem pelo caráter difuso e extensivo do território com uma variedade de investimentos ao longo da região semiárida: fruticultura irrigada em Petrolina-PE/Juazeiro-BA, Mossoró-RN e Vale do Jaguaribe-CE; atividades industriais em Feira de Santana-BA e Sobral-CE; polo tecnológico em Campina Grande-PB; infraestrutura hidrelétrica em Paulo Afonso-BA; serviços especializados em Juazeiro do Norte-CE e Caruaru-PE, e atividades agropecuárias em Vitória da Conquista-BA e Arapiraca-AL (Porto, 2023), cidades com níveis de influência significativos no contexto da rede urbana do Semiárido (IBGE, 2020).

Essas cidades apresentam dinamismo diferenciado na região semiárida, porém, com baixa articulação urbano-regional, diante de suas limitações no que concerne o desenvolvimento regional. Isso é também resultado das políticas regionais fomentadas sem a devida prioridade há uma definitiva integração produtiva.

Diante dos estímulos à competitividade, engendrou-se arranjos urbanos que pouco interagem entre si, gerando maiores rebatimentos sobre o território. Em que pese a ideia de políticas regionais implícitas e explicitas[[17]](#footnote-17), o que se deve ter em mente é que políticas regionais tiveram sua parcela no estímulo ao desenvolvimento, contudo não foram suficientes ou não tiveram o devido delineamento – como o caso da PNDR I e II (Alves, 2017; Porto, 2023).

Portanto, o que se observa é uma rede urbana, antes rarefeita, mais dinâmica. Todavia, as relações intrarregionais são poucos exploradas, tendo nas relações inter-regional e supranacional maior articulação. Outro ponto se dá pela polarização da cidade-polo sobre sua área de influência. A questão está em que nessa relação entre cidade e região, há drenagem exacerbada dos recursos por aquela, mas que é possível observar uma expansão da área de polarização (Alves, 2017; Porto, 2023).

4 Considerações Finais

A rede urbana consiste em um elemento importante para compreender a dinâmica urbano-regional de determinado território, refletindo as interações econômicas, sociais e políticas entre os centros urbanos e suas áreas de influência. Olhando para a economia brasileira, as transformações pós-1980 e a forma como o capital financeiro se inseriu engendraram mudanças substanciais na organização do território e de sua inserção na lógica do mercado internacional.

Arranjos não metropolitanos passaram a ser atrativos pela nova lógica de reprodução do capital e pelos estímulos as teorias de desenvolvimento local, dando as cidades um protagonismo significativo. Dentro desse contexto estão as cidades médias e pequenas, sobretudo as primeiras, a partir de funções de intermediação com certos pontos da região gerando dinâmicas urbano-regionais, ainda que limitadas, através das atividades intensivas em recursos naturais, pelo PRCEEP, sob a hegemonia do capital financeiro.

Mais dinâmica e complexa, a rede urbana do Semiárido Nordestino no século XXI revelou um panorama de cidades médias e pequenas assumindo papeis de destaque na dinâmica regional. Apesar disso, a incipiente articulação intrarregional e a dependência de políticas públicas centralizadas destacam a necessidade de fortalecer a cooperação e a complementação produtiva entre os municípios, o que limita o potencial de desenvolvimento regional.

Nesse sentido, a PNDR se mostra fundamental, desde que seja alicerçada em uma abordagem multiescalar, capaz de articular ações locais, regionais e nacionais e promova a cooperação e complementação produtiva entre os diversos territórios. Além disso, é essencial repensar o papel dos FCF, especialmente o FNE, para garantir que os recursos sejam direcionados de forma eficaz e estratégica para o desenvolvimento regional sustentável.

Em suma, a análise da dinâmica urbano-regional do Semiárido Nordestino no século XXI aponta para um cenário de transformação e potencialidades, mas também de desafios e desigualdades a serem superados. Com políticas adequadas e uma visão integrada e participativa, é possível promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, garantindo o bem-estar e a qualidade de vida para toda a população da região.

Pensando em avançar na compreensão da dinâmica urbano-regional do Semiárido Nordestino, é importante e necessário ampliar a análise para além de indicadores mais tradicionais, como o PIB, a população, o mercado de trabalho formal, entre outros, para melhor captar a dinâmica urbano-regional da região semiárida.

Referências

AB’SÁBER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, M. A. *et al.* *Substituição da captação dos dados do CAGED pelo eSocial:* implicações para as estatísticas do emprego formal. Nota Técnica 69, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020.

ALVES, A. M. *Políticas de desenvolvimento regional e rede de cidades no Semiárido*: concentração, polarização e fragmentação. 288 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UnB, Brasília, 2017.

ARAÚJO, T. B. *Ensaios sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro*: heranças e urgências. Rio de Janeiro (RJ): Revan, 2000.

\_\_\_\_\_\_. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. B. (ORG). *A Federação em Perspectiva*. São Paulo (SP): FUNDAP, 1995.

ASA – Articulação Semiárido Brasileiro. *História*. Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia. Acesso em 20 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO CAATINGA. *Conheça e conserve a Caatinga*: a floresta que é a cara do Brasil. Associação Caatinga. 2018. Disponível em: https://www.acaatinga.org.br/wp-content/uploads/livro-conheca-e-conserve-a-caatinga\_-no-clima-da-caatinga.pdf. Acesso em 26 fev. 2024.

BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Relatórios do FNE. Disponível em: https://bnb.gov.br/etene/relatorios-fne. Acesso em: 30 jan. 2024.

\_\_\_\_\_\_. *Nordeste 2022*: estudos prospectivos. Fortaleza: BNB, 2014.

BRASIL. *Lei nº 7.827, de 27 setembro de 1989*. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7827.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%207.827%2C%20DE%2027%20DE%20SETEMBRO%20DE%201989&text=159%2C%20inciso%20I%2C%20al%C3%ADnea%20c,FCO%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em 25 fev. 2024.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 13(2), p. 27-53, 2011.

CARVALHO, C. P. de O. O Desenvolvimento da Região Nordeste nos Anos Pós-Sudene (2000-2016). *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 39, nº 134, p.21-36, 2018.

\_\_\_\_\_\_. O novo padrão de crescimento no Nordeste Semiárido. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 45, nº 3, p. 160-184, 2014.

CARVALHO, O. de. *O bioma caatinga e outros territórios frágeis do Nordeste*: progressos e desafios. Ponta Grossa-PR: Atena, 2023.

CAVALCANTI JUNIOR, C. A. A. *A economia da região Nordeste do Brasil*: transformações recentes e o setor de serviços. 167 p. Tese (Doutorado em Economia) - Pós-Graduação em Economia, UFPE, Recife, 2022.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. *Convivência com o Semiárido Brasileiro*: autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013.

CORRÊA, R. L. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. *Cidades*, v. 1, nº 1, p. 65-78, 2004.

\_\_\_\_\_\_. *A rede urbana*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

FUSCO, W. *Dinâmica Migratória no Nordeste brasileiro*: mudanças e continuidades. BRASA XII, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320710992\_Dinamica\_Migratoria\_no\_Nordeste\_brasileiro\_mudancas\_e\_continuidades. Acesso em 15 fev. 2024.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. *Estudos Avançados*, v. 11, nº 29, p. 37-54, 1997.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). *Censo Demográfico de 2022*. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca15/brasil. Acesso em 16 fev. 2024.

\_\_\_\_\_\_. *Sistema de Contas Nacionais – PIB dos municípios*. 2021. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas. Acesso em 16 fev. 2024.

\_\_\_\_\_\_. *Regiões de influência das cidades 2018.* Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

\_\_\_\_\_\_. *Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil*. Séries relatórios metodológicos, v. 45. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSA – Instituto Nacional do Semiárido. *Mapa de delimitação do Semiárido Brasileiro*. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/centrais-de-conteudo/mapas/mapas-em-pdf/delimitacao-do-semiarido-brasileiro-2024.pdf/view>. Acesso em 20 fev. 2024.

LIMOEIRO, D. *Além das transferências de renda*: o declínio da desigualdade regional no Brasil na década de 2000. Brasília: UNB, 2014.

LOPES, G.; MACEDO, F. C.; MONTEIRO NETO, A. Propostas recentes de mudanças dos Fundos Constitucionais de Financiamento: em curso a desfiguração progressiva da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, nº 3, p. 411-423, 2021.

MACEDO, F. C. de. *Desenvolvimento regional no Brasil no século XXI*. Campina Grande: EDUEPB, 2023.

\_\_\_\_\_\_; COELHO, V. L. P. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional e o papel dos Fundos Constitucionais de Financiamento. *REDES*, v. 20, nº 3, p. 464-486, 2015.

\_\_\_\_\_\_; PORTO, L. R. Proposta de atualização das tipologias da PNDR: nota metodológica e mapas de referência. *Texto para Discussão nº 2.414*, Rio de Janeiro (RJ): IPEA, 2018.

MARTELLO, A.; GERBELLI, L. G. G1 Economia. *Série histórica do emprego formal não pode ser comparada com novo Caged, dizem analistas*, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/28/serie-historica-do-emprego-formal-nao-pode-ser-comparada-com-novo-caged-dizem-analistas.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional. *Resolução CONDEL/SUDENE nº 176, de 3 de janeiro de 2024*. Disponível em: https://www.gov.br/sudene/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/hierarquia/resolucoes-condel/resolucao-condel-sudene-no-176-de-3-de-janeiro-de-2024. Acesso em 20 mar. 2024.

NUNES, E. de S.; SILVA, J. G. da; QUEIROZ, S. N. de. Migração inter-regional no Brasil: o que há de novo? *Revista de Desenvolvimento Econômico*, ano XIX, v. 2, n. 37, p. 388-407, 2017.

PORTO, L. P. *A dinâmica urbano-regional do Nordeste brasileiro pós-1990*: interdependência entre as redes de cidades e a estrutura produtiva. 257 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2023.

RAIS/CAGED. *Mercado de trabalho formal - vínculos*. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php. Acesso em 12 jan. 2024.

SILVA, J. M. C. da; LEAL, I. R.; TABARELLI, M. *Caatinga*: The Largest Tropical Dry Forest Region in South America. Springer, 2017.

SILVA, S. A. da. A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI. *Texto para Discussão nº 2150*. Brasília: IPEA, 2015.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas/SP. E-mail: eduardocarlos2807@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)
3. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas/SP. E-mail: fernando.cezar.macedo@gmail.com. [↑](#footnote-ref-3)
4. A delimitação passou por diversas revisões: Decreto-Lei nº 9.857/1946, Lei nº 1.348/1951, Lei nº 4.763/1965 e Decreto-Lei nº 63.778/1968. Antes de responsabilidade do DNOCS, até 1968, quando ficou a cargo da SUDENE. [↑](#footnote-ref-4)
5. Os recursos dos FCF correspondem a 3% da arrecadação dos impostos sobre produtos industrializados (IPI) e dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR). A distribuição dos recursos se dá seguinte forma: 1,8% para FNE, em que 0,9% devem ser exclusivamente para o Semiárido; 0,6% para FNO e FCO, cada. [↑](#footnote-ref-5)
6. Elaborado por Thornthwaite em 1948, calcula a diferença entre a quantidade de chuva e a perda de água do sistema, ou seja, a evapotranspiração. [↑](#footnote-ref-6)
7. Controversa, tendo em vista o período previsto de revisão das delimitações, a cada dez anos. A partir da resolução nº 176 do CONDEL/SUDENE, ratificou a delimitação realizada em 2021 (Art. 1º) e manteve em caráter excepcional os 50 municípios excluídos pelo prazo de um ano, pelos efeitos adversos do fenômeno El Niño previstos para 2024 (Art. 5º) (MDR, 2024). [↑](#footnote-ref-7)
8. Um dos pontos mais significativos foi a construção de cisternas que levou a criação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) (Conti; Schroeder, 2013). [↑](#footnote-ref-8)
9. Nesse sentido foram criados o FNE e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) (Carvalho, 2018). [↑](#footnote-ref-9)
10. Nesse sentido, foram criados o Sistema Único de Saúde (SUS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o reconhecimento do estatuto previdenciário através do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) (Carvalho, 2018). [↑](#footnote-ref-10)
11. Destaque também para as políticas estaduais, fundamentais na manutenção do desenvolvimento de regiões específicas, através programas e ações estratégias no processo de interiorização do desenvolvimento (Limoeiro, 2014). [↑](#footnote-ref-11)
12. Com a intensificação das migrações de curta distância, através dos fluxos intrarregionais e intraestaduais. [↑](#footnote-ref-12)
13. Frisando o período pandêmico 2020/21, que está inserido na análise, mas não será explorado. [↑](#footnote-ref-13)
14. Mesmo usando esta variável, cabe destacar que o PIB per capita não capta efetivamente o desenvolvimento econômico de determinado território, pela pouca profundidade sobre o objeto analisado. A análise que segue é de cunho geral. [↑](#footnote-ref-14)
15. Optou-se por utilizar os dados do mercado de trabalho formal até 2019, diante da mudança de metodologia do CAGED, a partir da Portaria da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia (SEPRT/ ME) nº 1.127/2019, passando a vigorar a partir de 2020 (Almeida, 2020; Martello; Gerbelli, 2021). [↑](#footnote-ref-15)
16. Padrão fundamentado na expansão do agronegócio e da indústria extrativa, intensivas em recursos naturais e diretamente conectadas ao mercado internacional, sob a hegemonia do capital financeiro (Macedo, 2023). [↑](#footnote-ref-16)
17. Tânia Bacelar faz essa distinção, atestando que as ditas políticas regionais implícitas são as políticas setoriais numa perspectiva territorial – interiorização do ensino superior – e as políticas regionais explícitas são elaboradas para debater e enfrentar a questão regional no Brasil, (Silva, 2015). [↑](#footnote-ref-17)